



ACÓRDÃO Nº385/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11932/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Municipal de Carauari
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Nelson José Batista Lacerda (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4224/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Municipal de Carauari. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Previdência Social de Carauari – Carauariprev, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. **Nelson José Batista Lacerda** – Diretor-Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Nelson José Batista Lacerda** no valor de **R\$ 6.827,19** (Seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, com fundamento no art. 54, V da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, V da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pela prática de ato ilegítimo de que resultou em injustificado dano ao erário, pelas restrições n. 16 e 21 do Relatório Conclusivo n. 26/2021-DICERP, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio



ACÓRDÃO Nº385/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Nelson José Batista Lacerda** no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, com fundamento no art. 54, VI da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pela prática de ato com grave infração a norma legal, pelas restrições n. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26 do Relatório Conclusivo n. 26/2021-DICERP, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº385/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Considerar em Alcance ao Sr. **Nelson José Batista Lacerda** no valor de **R\$ 4.544,00** (Quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Fundo de Previdência Municipal de Carauari, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996 pelas seguintes glosas:

10.4.1. R\$ 3.744,00 – Restrição n. 16 do Relatório Conclusivo n. 26/2021-DICERP;

10.4.2. R\$ 800,00 – Restrição n. 21 do Relatório Conclusivo n. 26/2021-DICERP;

10.5. Recomendar ao Fundo Municipal de Previdência Social de Carauari-Carauriprev que:

10.5.1. Cumpra com o máximo zelo a Lei de Licitações e Contratos;

10.5.2. Cumpra com o máximo rigor a legislação pertinente aos regimes próprios de previdência;

10.5.3. Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;

10.5.4. Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;

10.5.5. Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;

10.5.6. Cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico;

10.6. Dar ciência desta decisão ao Sr. Nelson José Batista Lacerda.

10.7. Arquivar os presentes autos nos termos regimentais após o cumprimento das medidas acima.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Março de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº385/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr.João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral